

Metrópoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina*

Ruben Kaztman
Luiz César de Queiroz Ribeiro

Resumo

O texto propõe a reflexão sobre a relação entre sociabilidade nas grandes cidades latino-americanas que atravessam transformações socioespaciais e os desafios da coesão social em democracia. Assumimos como ponto de partida que a qualidade das relações sociais é altamente dependente do grau das desigualdades na distribuição da riqueza, da renda, do poder e também dos recursos que fundamentam o prestígio, a honra e o reconhecimento sociais. Levamos em consideração a existência de importantes processos – crescimento urbano, expansão do nível educacional e das comunicações, a forte incorporação dos direitos sociais nos discursos políticos – que contribuem para elevar as aspirações e criar expectativas de igualdade e de participação material e imaterial da população urbana e aumentam a probabilidade de tensões sociais. O texto procura explorar em que medida a sociabilidade nas grandes cidades depende do jogo das forças mencionadas anteriormente.

Palavras-chave: metrópoles; sociabilidade; segregação residencial; coesão social.

Abstract

The text proposes a reflection on the relation between sociability in the large Latin American cities that are undergoing socio-spatial transformations and the challenges of social cohesion in a democracy. We assume that the quality of social relations is highly dependent on the level of unequal distribution of wealth, income, power and also on the resources that support social prestige, honor and recognition. We take into account the existence of important processes – urban growth, the expansion of the education level and of telecommunications, the strong incorporation of social rights into political discourses – that contribute to elevate aspirations and to create expectations of equality and material and immaterial participation of the urban population, thus increasing the probability of social tensions. The text tries to explore to what extent sociability in large cities depends on the interplay of the forces mentioned above.

Keywords: metropolises; sociability; residential segregation; social cohesion.

A compreensão da natureza e formas de sociabilidade nas grandes cidades latino-americanas está relacionada com o entendimento dos desafios da coesão social para a democracia. Ambas as noções se referem às condições em que ocorrem as interações entre grupos sociais e as relações com as instituições sociais que efetivam a democracia. O propósito do artigo é discutir as transformações que vêm sofrendo a qualidade das relações sociais como resultado das mudanças na morfologia social das grandes cidades latino-americanas.

Assumimos como ponto de partida que a qualidade das relações sociais é altamente dependente do grau das desigualdades na distribuição da riqueza, da renda, do poder e também dos recursos que fundamentam o prestígio, a honra e o reconhecimento sociais. Esses últimos elementos relacionam-se diretamente com o maior ou menor isolamento social entre as classes e grupos sociais. Também reconhecemos que cada país desenvolveu matrizes socio-culturais que ativam mecanismos mais ou menos eficazes para resolver as tensões e os conflitos suscitados pelas desigualdades. Finalmente, na análise, levaremos em consideração a existência de importantes processos – crescimento urbano, expansão do nível educacional e das comunicações, a forte incorporação dos direitos sociais nos discursos políticos – que contribuem para elevar as aspirações e criar expectativas de igualdade e de participação cívica da população urbana e aumentam a probabilidade de tensões sociais.

O texto procura explorar em que medida a sociabilidade nas grandes cidades depende do jogo das forças mencionadas anteriormente. Para tanto, buscaremos

fundamentar as interpretações sobre os determinantes, a natureza e as perspectivas da sociabilidade nas grandes cidades com dados secundários e resultados de pesquisa.

Cidade e cidadania: referências históricas e teóricas

Há boas razões históricas e teóricas para justificar a ligação etimológica entre as palavras *cidatino*, *cidadania* e *cidade*. Em sua obra magistral *Economia e Sociedade*, Max Weber propôs a distinção entre a cidade como assentamento denso e a cidade como veículo de importantes transformações socio-culturais decorrentes da emergência da visão de mundo racionalizada e de relações de dominação racional-legal. As cidades que cumpriram esse papel histórico foram aquelas que associaram a aglomeração de coisas e das pessoas à emergência simultânea do mercado como mecanismo fundamental das trocas econômicas, a autonomia política da comunidade na forma de autogoverno e de leis baseadas na igualdade jurídica entre os indivíduos. Essas cidades desconectaram-se do feudalismo, com efeito, pela introdução de um regime de propriedade privada como objeto de relações de compra e venda e não mais como fundamento da dominação pessoal fundada nos valores da tradição, do carisma e da honra presentes na ordem estamental. Mas o fato verdadeiramente novo e revolucionário do fenômeno urbano foi a formação de associações livres de cidadãos que des-legitimaram o poder senhorial.

Ainda que alguns Estados patrimoniais tenham desenvolvido idéias concernentes

ao bem público, a institucionalização dessa noção foi também a criação da cidade. Tal institucionalização foi amadurecendo em territórios relativamente pequenos de alta densidade demográfica, nos quais a total interdependência material e o uso dos espaços e serviços coletivos criaram condições favoráveis à percepção pelo cidadão da dependência do seu bem-estar individual da cooperação com os outros integrantes da comunidade.

A percepção coletiva da necessidade da cooperação, seja no universo do mundo fabril, seja no universo da cidade, tornou imperiosa a incorporação da massa trabalhadora à sociedade política e ao regime de solidariedade interclassista capaz de garantir de forma coletiva padrões mínimos compartilhados de bem-estar social. Como contrapartida desse processo, as cidades industriais tornaram-se veículos e palcos da experimentação de reformas sociais e institucionais que simultaneamente reconheceram a existência de conflitos sociais e estabeleceram valores e mecanismos de integração social e de negociação do conflito. Em outros termos, quando examinamos a história das reformas urbanas iniciadas na segunda metade do século XIX e expandidas nos primeiros decênios do século XX, constatamos que a cidade foi o laboratório da experimentação de um novo regime de gestão da sociedade fundador dos pilares do Estado de Bem-Estar Social, cujos traços fundamentais foram práticas sociais e institucionais orientadas por valores de proteção e coesão sociais.¹ A essa transformação corresponderam mudanças de “classes perigosas” para “classes laboriosas” na representação social do povo da cidade. Sem tal mudança seria impensável a expansão e

afirmação de sociedades organizadas sob as bases do moderno regime democrático. Além disso, também teve grande relevância a ampliação das oportunidades de mobilidade social nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, período batizado por Hirschman como os “trinta gloriosos”. A abertura e a complexificação da estrutura social pela criação de novas posições resultantes do capitalismo da grande indústria e da expansão do Estado de Bem-Estar social tornaram a condição urbana não apenas relacionada à integração à sociedade e à modernidade cultural, mas também à ascensão social.

Esse conjunto de mudanças associou, na experiência social, no imaginário coletivo e nas instituições de regulação das relações sociais, a condição urbana à afirmação da cidadania como direitos cívicos, políticos e sociais, como regime de bem-estar homogenizador de condições básica de vida e promotor da democracia de oportunidade e, finalmente, como novo padrão de sociabilidade. Quais são os traços desse padrão? Destacamos três, que consideramos importantes para o argumento sustentado neste trabalho: (a) o conflito de classes é socialmente reconhecido; (b) simultaneamente, é legitimada a hierarquia social do *status* adquirido em contraposição ao herdado pela a origem; e (c) são institucionalizadas regras de negociação dos conflitos interclassistas. A cidadania constitui-se em campo das lutas e interlocução entre as classes, tornando o mundo social estabilizado. A grande cidade participou dessas mudanças como veículo e palco.

O final do século XX inaugura, no entanto, outra fase. Começa a tomar força a idéia segundo a qual a cidade continua

operando como pedra fundamental da arquitetura das sociedades modernas, mas enfraqueceu a percepção coletiva do seu papel no desenho e na promoção de sociedades coesionadas em torno de um ideal democrático. Contribuem para essa mudança de sinal os processos de suburbanização, com a criação de novos modelos de cidades dispersas e desintegradas, espalhadas por vastos territórios, a desindustrialização e, sobretudo, o enfraquecimento dos vínculos com o mercado de trabalho conseqüente à decomposição da “sociedade assalariada”. Não obstante as diferentes leituras interpretativas, há largo consenso na literatura sobre o papel de tais mudanças na transformação da relação entre a condição urbana e a cidadania, na medida em que a sociabilidade nas grandes cidades deixa de ter como substrato (objetivo e subjetivo) os mecanismos e os valores promotores da solidariedade, da integração e da igualdade sociais. Nesse sentido, acreditamos ser aceitável a hipótese de que a sociabilidade dominante nas grandes cidades tem relevante papel na explicação das tendências da perda de capacidade de coesão na escala societária. Os vínculos sociais, com efeito, são crescentemente organizados por mecanismos instrumentais desencarnados das prerrogativas e obrigações que, na fase anterior, fundaram o sentido coletivamente compartilhado de cidadania, ou por valores que reintroduzem formas tradicionais de dominação, nas quais o controle sobre as fontes do carisma, da honra e do prestígio legítima relação de subordinação pessoal de pessoas e grupos sociais.

Contribuem decisivamente nessa direção as combinações que vêm ocorrendo nas sociedades entre a segmentação do mercado de trabalho, a segmentação dos serviços

coletivos – especialmente na esfera educativa – e a segmentação espacial.

São mudanças globais, atingindo em maior e menor grau as sociedades conforme a intensidade da inserção no novo modelo de organização do capitalismo e a formação histórica das cidades. Nas metrópoles latino-americanas, essas mudanças ocorrem em um marco histórico que se caracteriza por maior heterogeneidade social, menor consolidação das instituições democráticas, níveis mais elevados de desigualdades de riqueza e renda, como também nas arquiteturas de regimes de bem-estar – muito menos desenvolvidos no sentido da existência de um sistema público de regulação e proteção sociais. Ademais, em todos os países latino-americanos, a modernização cultural ocorreu de maneira apenas parcial, ou seletiva ou conservadoramente, de tal forma que a urbanização e, em alguns casos a industrialização, não chegaram a fundar um padrão de sociabilidade baseado integralmente nos pressupostos do reconhecimento do conflito interclassista, da igualdade moral dos indivíduos e, portanto, no pressuposto da negociação como prática de interação social. Para entender as diferenças entre os países da região, é conveniente um breve resumo dos seus antecedentes históricos.

As cidades nas matrizes socioculturais latino-americanas

A globalização se desdobra em cenários nacionais profundamente marcados pela inércia de matrizes socioculturais que se formam desde o período colonial. Essas matrizes

imprimiram um selo particular a cada país. Nosso interesse na natureza e evolução das matrizes socioculturais nacionais justifica-se pelos pressuposto teórico de que seu conhecimento permite entender melhor os marcos da referência que utilizam as pessoas para atribuir significados às experiências de interações sociais. Mahoney (2003) se pergunta sobre a possível gravitação das matrizes socioculturais de raiz colonial no desenvolvimento dos países da América Latina. Sua pergunta nasce da seguinte constatação: tanto nos indicadores de desenvolvimento social quanto nos relativos ao desenvolvimento econômico, as posições relativas dos países da América Espanhola não variou ao menos nos últimos 100 anos. Tal fato decorreria da persistência de alguns traços sociais e culturais do período colonial, de modo que quanto mais estreitas e próximas as relações que estabeleciam os países com os centros do poder metropolitano constituídos na região, mais atrasados seriam o seu desenvolvimento posterior. Mahoney associa principalmente duas características dos países, decorrentes da proximidade geográfica aos centros de poder colonial. A primeira é que tais centros se localizaram em sociedades com alta densidade de população indígena. A segunda, que a proximidade com a coroa operou como barreira à emergência de ideais liberais. Ambas as características teriam favorecido a persistência de regimes de interação social altamente hierarquizados.

Não é necessário insistir nessa argumentação para inferir que, para Mahoney, tanto o tipo de desenvolvimento como o nível de equidade dos atuais regimes de bem-estar dos países latino-americanos de língua espanhola estariam fortemente determinados pela gravitação desse legado

colonial. Resumindo, o argumento de Mahoney chama a atenção para a possibilidade de a inércia das antigas matrizes socioculturais nacionais enraizadas na experiência colonial ter influenciado a rigidez e a resistência a mudanças de tecidos sociais e instituições desenhadas e sustentadas para preservar privilégios.

Ainda que não se possa atribuir as diferenças entre as matrizes socioculturais dos países da região somente à experiência colonial, parece razoável esperar que as sociedades que nasceram com padrões de convivência organizados em torno de hierarquias tiveram mais dificuldades do aquelas organizadas em torno da igualdade para fazer despertar mais cedo em seus cidadãos capacidades de empatia, sentimentos de obrigação moral em relação aos outros e manter baixos níveis de tolerância à pobreza e às desigualdades. Todas essas virtudes que favorecem uma maior equidade no desenvolvimento emergem com maior dificuldade ali onde a hierarquia opera como critério geral que regula as relações entre as classes.

O anterior sugere que, quando se analisa o grau de permeabilidade a propostas de ampliação dos direitos de cidadania dos grupos de poder e de interesses, torna-se conveniente explorar as características principias das matrizes socioculturais nacionais, ao menos nas dimensões relacionadas com a forma através das quais as classes sociais se perceberam historicamente umas em relação às outras. Em algumas sociedades da região de fortes bases estamentais, a aparente fluidez das relações entre os “de cima” e os “de baixo”, na forma de personalismos, clientelismos, apadrinhamentos escameita relações e práticas sociais que misturam servilismo e ressentimento ou simplesmente.

Desigualdades de renda e polarização social à luz das matrizes socioculturais nacionais

Dos apontamentos anteriores, podemos deduzir que os elevados graus de desigualdades, pobreza, informalidade e desproteção social, assim como as segmentações e segregações residenciais que apresentam as metrópoles não representam nenhuma novidade em alguns países da região. Mas têm sido e seguem sendo em alguns casos traços distintivos dessas sociedades.

Supomos, porém, que as transformações econômicas e seus impactos sociais estão produzindo dois fenômenos novos: de um lado, transformando essas matrizes socioculturais e diminuindo o seu papel amortecedor das desigualdades sociais sobre o tecido social dos países latino-americanos e engendrando padrões de sociabilidade caracterizados por distanciamentos e variadas formas de atitudes de intolerância social; de outro lado, em conexão com essas transformações, estão em curso nas metrópoles da América Latina transformações da sua morfologia espacial e dos padrões de provisão dos serviços coletivos – gerando tendências de descoesão social com impactos sobre os mecanismos de integração societária. Tal hipótese sugere a necessidade de que os analistas nas sociedades latino-americanas desenvolvam esforços de pesquisa empírica que permitam avançar na identificação e compreensão das rupturas e continuidades dos padrões de desenvolvimento nacional, assim como sobre seus efeitos sobre a vulnerabilidade e as transformações na estrutura social urbana. As informações disponíveis

não são suficientes para distinguir com clareza o peso relativo das distintas matrizes socioculturais como causas da persistência e do surgimento de problemas sociais. É importante advertir para o fato de que a identificação das rupturas e continuidades, assim como a atribuição de causalidade entre as ordens institucionais (e suas transformações) e os problemas sociais é uma tarefa difícil que requer esforços continuados de longo prazo. Em particular, não sabemos o quanto as vulnerabilidades emergentes se devem às novas modalidades de crescimento, combinadas à incapacidade dos Estados e de outras instituições sociais de facilitarem as interações e trocas sociais, e dessa forma criarem as condições requeridas para o desenvolvimento de cidades desfrutáveis e sustentáveis em um mundo globalizado (Evans, 2002). Podemos, por enquanto, sugerir hipóteses de reflexão e caminhos de pesquisa.

As brechas de emprego e renda entre os mais qualificados e os menos qualificados podem levar a situações de maior ou menor polarização social nas metrópoles. A polarização social implica ao menos três efeitos: crescente concentração de configurações de ativos com altos níveis de capital físico, humano e social nos estratos superior e, simultaneamente, crescente concentração de configurações de ativos com baixos níveis desses capitais nos segmentos inferiores da estrutura social; crescente redução da interação e da sociabilidade entre pessoas que pertencem a distintas classes (ou grupos étnicos ou raciais); e, por último, a exacerbação da polarização social pela constituição de grupos de alto poder de coesão social, formado exatamente por aqueles que alcançam integração nas novas formas de acesso ao mercado de trabalho, compartilhando estilos de vida e

identidades convergentes e um vasto mundo social fragmentado por diversos princípios de estratificação: étnicos, raciais, culturais e mesmo territoriais, separados por barreias e mecanismos que dificultam a constituição de uma identidade comum.

A polarização será maior onde as desigualdades originadas no mercado de trabalho se transladam para outras esferas da interação social, como, por exemplo, as escolas, os hospitais e os bairros. No nível extremo inferior, estariam os perdedores das novas modalidades de acumulação, configurando um espaço social das metrópoles marcadas pelas tendências abaixo sintetizadas.

1) *Espaços periféricos de abandono*, formados pelo deslocamento territorial das frações mais atingidas pelos processos de marginalização decorrente do novo modelo de crescimento, onde o solo urbano é ainda acessível a segmentos sociais que mantêm frágeis laços com o mercado de trabalho;

2) *Espaços populares homogêneos* que outrora continham certo grau de heterogeneidade social, mas abandonados por aqueles que conseguem a infiltração em outros territórios, aproveitando as estreitas brechas de mobilidade social existentes nessa nova sociedade. Nesses bairros, perde-se a diversidade da composição social, pela forte presença de trabalhadores com empregos precários e trabalhos informais, desfrutando de escassa proteção social, exercendo atividades ligadas aos serviços pessoais e domésticos viabilizados por efeitos de localização (acessibilidade ou proximidade) de zonas demandantes dessas ocupações.

3) *Espaços centrais desvalorizados* econômica e socialmente, nos quais o parque imobiliário é reaproveitado para a exploração da escassez relativa de oportunidades

através do sistema do encortçamento e seus congêneres. Trata-se de espaços caracterizados por alta instabilidade da população moradora, o que traz como consequência forte instabilidade das relações sociais e da vida coletiva.

4) *Espaços informais intersticiais* com a produção de novas favelas e seus congêneres, através da construção de moradias precárias em vias públicas ou em áreas com vazios urbanos.

5) *Espaços de favela e congêneres* fortemente adensados no plano territorial e do próprio domicílio.

Essas descrições não pretendem apresentar uma tipologia de bairros que abarque o universo de diversidade da difusão do habitat informal e precário que expressa no plano da organização social do território das grandes cidades os efeitos da combinação da segmentação do mercado de trabalho e dos processos de segmentação e segregação espacial. A diversidade dessas “soluções” obedece às diferenças com que em cada metrópole está se conectando às mudanças macrosociais em curso com as matrizes socioculturais de cada país e com o sistema de forças locais que conformam regimes urbanos específicos.

De qualquer maneira, a constituição de espaços sociais homogêneos no sentido de agruparem segmentos vivendo os efeitos des-socializadores decorrentes da instabilidade da sua relação com o mercado de trabalho tende a ter como contrapartida a segmentação da composição dos usuários dos serviços sociais e urbanos, em especial aqueles realizados por equipamento de proximidade de vizinhança, como as escolas, os centros de saúde, os equipamento e lugares de lazer e os meios de transporte. No outro

extremo oposto da estrutura urbana, constituído por aqueles que se beneficiam das novas modalidades de acumulação, haverá uma proporção maior de pessoas que desertam do sistema público de bem-estar social, atraídos pelas oportunidades de adquirir no mercado serviços urbanos de melhor qualidade. Também trataram de se afastar das vizinhanças onde a densidade das precariedades favorece a emergência dos elementos mais disruptivos da pobreza e, se seus meios assim lhes permitem, tratarão de se refugiar em bairros fechados/condomínios.

A descrição anterior das possíveis vinculações entre o incremento das desigualdades no mercado de trabalho e as polarizações sociais nas metrópoles é, sem dúvida, muito simplificada, mas no nosso entender, enuncia bem a essência do crescente isolamento e das distâncias entre as classes sociais. Com efeito, quando observamos os países latino-americanos considerando suas diversidades históricas, a análise dos efeitos dos macroprocessos (e de seus mecanismos) deve levar em consideração as diferenças entre as metrópoles que se formaram desde a sua origem como espaços segmentados e segregados e assim permaneceram, e aquelas que, tendo sido submetidas a processos de segmentação e segregação em suas fases de explosão demográfica dos 1940 e 1950, posteriormente, foram transformadas pela ação dos mecanismos integradores do mercado de trabalho e da intervenção pública. São as metrópoles situadas em países que buscaram realizar avanços importantes nos seus processos de modernização, democratização e cobertura de direitos e proteções. No fundo dessas diferenças estão as matrizes socioculturais mencionadas no início deste trabalho.

Na reflexão do papel explicativo das matrizes socioculturais de tais diferenças parece-nos pertinente utilizar a tipologia proposta por Filgueira (1988). Ela compreende as seguintes categorias: universalismo estratificado, sistemas duais e sistemas excludentes.

O regime *universalista-estratificado* alude a uma combinação de ampla cobertura de prestações sociais, com fortes diferenciais quanto à variedade dos benefícios, aos limites de acesso (como idade de aposentadoria ou requerimento para financiamentos de habitação) e à qualidade das prestações. A conformação de sistemas desse tipo segue as linhas de modelos dos regimes de bem-estar corporativos da Europa continental. Os países da região que apresentam essas características são tipicamente Argentina, Costa Rica, Chile e Uruguai, mesmo quando o perfil que está assumindo o regime de bem-estar chileno parece estar se inclinando para um modelo mais liberal tipo o anglo-saxão.²

O Brasil e o México são tomados como exemplos por Filgueira como *regime dual*. Embora a população residente nas principais áreas urbanas desses países tenha acesso a um sistema de bem-estar próximo ao que tipificamos anteriormente como universalismo estratificado, o resto da população tem muito pouca cobertura dos serviços sociais. Nesses casos, a diferença está em que, politicamente,

[...] o controle e a incorporação dos setores populares tem descansado em uma combinação de formas clientelísticas e patrimonialistas nas zonas de menor desenvolvimento econômico e social e formas de corporativismo vertical nas áreas mais desenvolvidas.³

A categoria de *regime excludente*, que, com exceção do Panamá, inclui para Filgueira o restante das sociedades latino-americanas se caracterizara historicamente pela presença das elites que

[...] se apropriam do aparato estatal e que, apoiadas na exportação de bens primários em economias-chave, utilizam a capacidade fiscal desses estados para extrair rendas, sem prover a contrapartida de bens coletivos, sejam eles na forma de infra-estrutura, regulação ou serviços sociais. Os sistemas de proteção social e seguro desse tipo consistem na sua maior parte de políticas elitistas que agregam privilégios adicionais para a população em situação já privilegiada. Profissionais, um número muito reduzido de trabalhadores formais e os funcionários públicos é que são tipicamente favorecidos neste modelo. A maior parte da população representada no setor informal, a agricultura e a mão-de-obra secundária se encontra excluída... Consistente com esse panorama, os indicadores sociais nesse tipo de países apresentam sistematicamente os piores igualitarismo assim como os diferenciais mais altos em regiões com distintos graus de desenvolvimento.⁴

É razoável esperar que as sociedades com matrizes socioculturais mais igualitárias (universalismo estratificado, na nossa classificação) reajam de formas parecidas com as dos países mais desenvolvidos diante das tendências de perda da coesão social que suscitam as novas modalidades de acumulação. A maioria dos países que conseguiu

potencializar suas indústrias puderam montar sistemas de bem-estar social que, ainda que incompletos, beneficiaram segmentos importantes da população urbana. Portanto, supomos que esses segmentos incorporaram essas conquistas como marco de referência de suas expectativas, além de tê-las como parâmetros a partir dos quais avaliam as vantagens e desvantagens das situações que passaram enfrentar com o funcionamento das novas modalidades de acumulação. Em revanche, no extremo que chamamos de regimes excludentes, os efeitos segmentadores das novas modalidades de crescimento provavelmente encontrarão menores resistências, reforçando as profundas fragmentações já existentes em suas metrópoles, pois, em muitos casos, as atuais tendências de transformação produzem impactos des-coesionadores por quebrar os padrões tradicionais de dominação, com suas relações complexas de reciprocidade hierárquicas e obrigações morais, sem erigir como substituto padrões de reciprocidade fundados no pleno e efetivo reconhecimento de direitos de cidadania.⁵ Mas, por serem países com longa experiência de exclusão social, o aumento do isolamento dos pobres urbanos inerentes às novas modalidades de crescimento é ofuscada, pouco visível socialmente, em razão da inexistência de ampla e enraizada consciência coletiva de direitos sociais universalizados. Por essa razão, essas sociedades mantêm em estado latente as tensões sociais básicas, que eclodem na forma de conflitos e violências de tempos em tempos, refletindo a existência de uma negociação difícil entre projetos alternativos e conflitivos de construção da nacionalidade.

Segmentação, segregação residencial e desigualdades sociais

Em todas as metrópoles, observamos a tendência de a organização social do território expressar diferenças étnicas, raciais e socioeconômicas, formando unidades de vizinhança que agrupam domicílios com características particulares. A intensidade desse processo de diferenciação intra-urbana é distinta entre as metrópoles latino-americanas, em razão de suas trajetórias produtivas, políticas e pelos conteúdos das matrizes socio-culturais. Em particular, o peso das classes médias na estrutura social das metrópoles tem grande importância, uma vez que a sua presença tende a amortecer a tendência à associação entre o pertencimento a certas categorias sociais e a localização residencial.

As novas modalidades de acumulação associadas à globalização trouxeram novidades nesse campo. A elevação dos níveis de qualificação necessária ao acesso às ocupações estáveis e protegidas, a flexibilização das relações de trabalho e a liberalização do mercado imobiliário têm gerado segmentos sociais vitoriosos e perdedores nas sociedades latino-americanas em transformação. Graças a suas elevadas qualificações, os primeiros puderam aproveitar as oportunidades de mobilidade social ascendente criadas com a abertura e a acelerada incorporação das novas tecnologias. Os mais exitosos se deslocaram para os bairros específicos de maior *status* social e, em algumas metrópoles, passaram a gozar de amenidades e proteções oferecidas por formas privadas de urbanização e produção da moradia, cujo condomínio fechados e seus congêneres (bairros cerrados, bairros

privados, *countries*, etc.) são expressões. Os segundos segmentos, com qualificação insuficiente e/ou com especializações tornadas obsoletas, passaram enfrentar problemas para pagar seus aluguéis e para conseguir as condições de garantias exigidas em contratos de locação ou em sistemas de financiamentos para aquisição da moradia. A retração da intervenção do Estado no mercado habitacional agravou essas situações. Sob essas situações, os processos de mobilidade social descendente foram acompanhados pela migração intraurbana em direção àqueles bairros com urbanização precária – frequentemente periféricos – onde era mais barato ou nos quais, em caso extremo, existiam possibilidades de ocupar ilegalmente terrenos. Ganhadores e perdedores estão distanciados socialmente em termos de renda, qualificação e estabilidade de empregos, segmentação dos serviços sociais e urbanos e também pela segregação residencial.

Esses processos de conexão de desigualdades geradas por processos macro-sociais e a organização social dos territórios das metrópoles variaram de país a país. Aqueles que não passaram pela experiência da industrialização ou nos quais a industrialização foi insuficiente para gerar empregos para os que migraram para as cidades sempre mostraram altos níveis de segregação residencial. Ademais, suas classes médias e médias baixas (microempresários, operários industriais e empregados públicos, do comércio e escritórios) tinham um pequeno peso relativo na estrutura social desses países. Nesses casos, a magnitude de deslocamentos de certas áreas das metrópoles para as novas áreas das cidades não chegou a alterar as dimensões e o grau da segregação residencial preexistente.

A topologia das metrópoles também contribuiu para dar forma à segregação residencial provocada pelas novas tendências de desigualdades sociais, basicamente porque os agentes imobiliários reagiram de forma diferente ante os desafios colocados pela geografia urbana. Por exemplo, é difícil compreender as diferenças quanto às proximidades físicas entre áreas de estratos socioeconômicos opostos sem considerar os morros do Rio de Janeiro ou as planícies sem limites da província de Buenos Aires. Em Santiago do Chile, observamos claras diferenças nos custos de construção e comunicações nos vales e nas ladeiras das encostas das montanhas.

Sem dúvida, essas histórias da morfologia social das cidades e o modo como foram afetadas por sua geografia, pelos padrões e graus de segregação residencial previamente existente e pelos processos de mobilidade social ascendentes e descendentes colocam dificuldades para interpretar as novas tendências de organização do espaço social das metrópoles decorrentes das macrotransformações. Outras dificuldades são relacionadas com as possibilidades de medir esses processos: quais são as variáveis pertinentes para capturar essas conexões em cada país? Como medir de maneira comparativa as diferenças e semelhanças da composição social das metrópoles e de seus bairros? Quais são os índices que refletem melhor as dimensões da segregação que nos parecem importantes para superarmos descrições meramente impressionistas? Fundamentalmente, qual é a escala territorial agregação mais adequada para a observação das tendências – o setor censitário, um conjunto de quarteirões com características semelhantes, o bairro, o distrito ou o município?

Jorge Rodríguez (2006) fez talvez a análise mais minuciosa das tendências de segregação residencial realizado na América Latina. Seu estudo se aplica a 4 cidades (Cidade de México, Rio de Janeiro, São Paulo e Santiago do Chile) e colocou à prova distintas variáveis e escalas de segregação. Suas conclusões relativas a essas três últimas cidades são, de um lado, a constatação de clara tendência ao aumento do índice de segregação residencial (não pôde elaborar esse índice para a Cidade do México), mas incertos resultados com a aplicação do índice de dissimilaridade de Duncan para as quatro cidades. Para Montevidéu, uma série de trabalhos utilizando diferentes índices e níveis de agregação coincidem na constatação do crescimento do índice de segregação residencial (Kaztman, 1999; Cervini e Gallo, 2001; Macadar, Calvo, Pellegrino e Vigorito, 2002; Kaztman e Retamoso, 2005).

O nosso interesse neste trabalho não está concentrado em constatar um tipo qualquer de segregação residencial, mas aqueles tipos cuja dinâmica tem efeitos sobre a convivência social e pode colocar bloqueios à construção de projetos coletivos no plano das cidades e da sociedade. Nesse sentido, o que nos importa são os tipos de segregação que refletem as novas características da pobreza relacionadas com o impacto da crise do mundo do trabalho sobre os segmentos com baixa qualificação.

Os bairros da nova pobreza

Esses bairros são produto de processos de segregação residencial que, na América Latina, operam fundamentalmente a partir dos anos 1980. O contexto da metrópole

mostra importantes diferenças com aqueles que caracterizaram a constituição dos dois tipos anteriormente mencionados. O que prevalece nesse contexto são experiências de desindustrialização e de encurtamento da importância do Estado – as duas fontes mais importantes de emprego urbano não precário –, de acelerada diminuição das oportunidades de emprego não qualificado e com especialização tornada obsoleta pelo desenvolvimento tecnológico e a elevação dos requerimentos de qualificação requerida para a incorporação ao mercado de trabalho. Em vez da atração da cidade, nesses casos, opera a expulsão para a periferia. Em vez de domicílios estimulados por novas oportunidades de trabalho e progresso, crescem os segmentos da população desalentada e com poucas esperanças de inserção estável na estrutura produtiva. À diferença dos migrantes rurais que contrastavam favoravelmente sua situação presente com a que haviam desejado, muitos dos atuais pobres urbanos contrastam negativamente sua situação presente com um passado melhor e enfrentam dificuldades para o exercício efetivo dos direitos sociais já conquistados e para satisfazer aspirações legítimas de participação em estilos de vida predominantes nas cidades. Ao invés de expectativas de mobilidade ascendente, predomina a experiência da mobilidade descendente como fato inevitável. Os efeitos negativos de todos esses processos sobre o bem-estar dos pobres urbanos e suas possibilidades de integração social são agudizados pela combinação perversa de dois fenômenos: enquanto o eixo da formação das identidades de desloca do mundo do trabalho ao mundo do consumo, amplia-se a distância entre a participação material e participação simbólica desses estratos.

A concentração espacial – historicamente inédita – de pessoas com aspirações inerentes à vida urbana, com privações e escassas esperanças de alcançar metas significativas através do emprego, gera fortes sentimentos de privação relativa. Sob essas circunstâncias, os novos guetos urbanos favorecem a germinação dos elementos mais disruptivos da pobreza. As famílias que contam com recursos abandonam esses bairros, deixando em seu lugar uma população empobrecida, crescentemente precarizada e isolada das pessoas que reúnem os elementos mínimos para alcançar êxito na sociedade contemporânea.

A concentração espacial das pessoas que compartilham essas características reforça a precariedade do grupo por várias vias. Em primeiro lugar, a interação com vizinhos está limitada a pessoas cujas habilidades, hábitos e estilos de vida não são favoráveis à valorização de resultados exitosos de acordo com os critérios predominantes na sociedade. Segundo, as redes de vizinhança são ineficazes para a obtenção de informação sobre emprego ou oportunidades de capacitação. Terceiro, a mesma instabilidade trabalhista gera dificuldades para a manutenção das instituições locais, existentes na escala do bairro, e dos níveis adequados de organização e controle social informal. Quarto, as crianças e jovens carecem de exposição e contatos a modelos, isto é, a pessoas que têm êxitos nos circuitos sociais e econômicos principais da cidade. Por último, um aspecto explosivo dessa situação localiza-se no fato de que as fontes de produção e reprodução da elevação das aspirações não deixaram de funcionar, ao mesmo tempo em que avançam os processos de enfraquecimento dos vínculos com o mercado de trabalho, a

segmentação dos serviços coletivos e a segregação residencial. A universalização da educação, não obstante sua baixa qualidade, cria a expectativa de integração social pelo mérito e eleva as aspirações de sucesso. De um modo ou de outro, ao mesmo tempo, a globalização coloca as grandes majorias em contato com discursos que sublinham a legitimidade do acesso a uma série de direitos sociais cujo exercício efetivo é negado pela experiência cotidiana no contato com as instituições mais gerais a sociedade, seja a justiça, a polícia ou a administração pública. Temos como consequência focos territoriais de anomia, cuja essência é a homogeneização de metas e expectativas culturais e, ao mesmo tempo, o aumento da desigualdade de recursos e oportunidades. Algumas das reações a essa situação são produtoras de efeitos disruptivos sobre o tecido social das cidades, com potencial para se alastrar para o conjunto da sociedade.

Mecanismos retroalimentadores da nova pobreza

Uma vez criados bairros com as características apontadas anteriormente, o isolamento e a densidade de experiência da privação relativa geram condições férteis à emergência de subculturas locais, fundadas em valores e orientações diferentes e mesmo contraditórios com aqueles requeridos pela sociedade da competição que se implanta com as transformações operadas pela globalização. A honra fundada na bravura, na coragem para enfrentar situações de riscos e a misoginia são valores que permitem aos habitantes desses bairros pobres e isolados alcançarem a estima e o reconhecimento de

grupos de referências locais. As crianças e os jovens deixam de ser socializados para adotar valores e orientações culturais favoráveis ao comportamento social racionalmente orientado, capaz de levá-los à construção de projetos de futuro. A existência dessas subculturas encurtam os horizontes espaço-temporais dos habitantes dos guetos pobres, o que tem como consequência a reação da sociedade e a alimentação e o profundamento do isolamento social dos pobres.⁶

Os exemplos da operação desses mecanismos de reprodução ampliada do isolamento são inúmeros.

1) Os habitantes dos bairros, especialmente os jovens, são vítimas da chamada “discriminação estadística” pela qual somente a consideração do seu lugar de residência é suficiente para os empregadores recusarem empregos.

2) O abandono desses bairros pelas famílias que têm ainda recursos desertificam esses espaços das pessoas que “têm voz” e que poderiam assumir o papel de transmissores dos padrões normativos da sociedade global e de contatos e informações para a obtenção de empregos e/ou acesso aos serviços.

3) As pessoas evitam entrar nesses bairros, o que faz com que os seus habitantes experimentem a redução da frequência de contatos familiares e de amizades com quem vivem em outras áreas da cidade.⁷

As subculturas dos bairros da nova pobreza urbana se expressam por uma ampla gama de padrões atitudinais e normativos que se sedimentam em torno do reconhecimento das adversidades compartilhadas pela população com graves carências materiais e precárias condições de vida, de barreiras à mobilidade social e da necessidade de encontrar bases comuns para construir ou

reconstituir um sentimento de autoestima altamente atingida pela experiência da exclusão não apenas do emprego e dos serviços, mas também das fontes legítimas de prestígio e reconhecimento sociais. Para muitos dos seus residentes, o trabalho deixou de ter o papel universalizador da sua condição social e de referente central para a organização social da vida cotidiana, para a provisão de disciplinas, regularidades e para a articulação de expectativas e escalonamento de metas de vida. Por sua vez, o progressivo isolamento tende tornar cada vez mais difusos os sinais (quando existem) oriundos da sociedade global que indicam caminhos acessíveis a pessoas de baixa qualificação para alcançar condições dignas de vida. Para outros, que alcançam maior escolaridade que seus pais, por outro lado, vivem essa experiência como deslocamento social, uma vez que aumentam crescentemente os requerimentos da qualificação necessária ao acesso aos postos de trabalho estáveis, protegidos e maior remuneração. A defasagem entre a oferta e a demanda de qualificações contatada no recente relatório da Cepal (2007) tende a ter impactos desviantes da sociabilidade imperante nos bairros que apresentam os traços dos guetos urbanos descritos anteriormente.

Esse contexto sociocultural é altamente favorável ao aumento da permeabilidade da população pobre a caminhos paralelos de integração social via o atingimento de metas via o consumo. Enquanto isso, a vida social no bairro, a relação com as instituições da sociedade e o isolamento social tendem a inibir a eficácia de eventuais iniciativas que poderiam contrabalançar essas predisposições invocando normas e valores modais da sociedade.

Possíveis efeitos da residência em bairros da nova pobreza sobre comportamentos e expectativas

Em revisão exaustiva da literatura americana sobre os efeitos dos bairros pobres sobre uma série de comportamentos considerados de riscos no sentido da perpetuação da situação de pobreza, Christopher Jencks e Susan Mayer (1990) encontram abundante evidência sobre as conseqüências dos contextos sociais conformados pelos efeitos da segregação residencial sobre o rendimento educativo, condutas aditivas e delituosas, assim como sobre a maternidade adolescente. Essa hipótese, embora contestada por parte da literatura sociológica americana, foi objeto de outros balanços dos resultados das pesquisas americanas, como nos trabalhos de Dreier, Mollenkopf e Swanstron (2004).

Na América Latina, os estudos dos efeitos da segregação residencial urbana sobre as expectativas e comportamentos das pessoas que residem em bairros com composição social homogênea são muito escassos. Não obstante, algumas poucas investigações nos fornecem pistas nessa mesma direção.

Estudo feito por Ribeiro et al. (2005) sobre as 15 principais metrópoles brasileiras nos fornece indicações empíricas sobre a existência de fortes sinais da relação entre a concentração espacial de trabalhadores com frágeis laços com o mercado de trabalho e a incidência nesses espaços de alta concentração de crianças e jovens com atraso escolar, jovens que não trabalham, não estudam e também não procuram emprego e jovens adolescentes mães solteiras.⁸ Os estudos sobre a relação da

segregação residencial e o desemprego no município de São Paulo (Gomez e Amitrano, 2004) e sobre as limitações a ocupações estáveis e sobre os rendimentos da ocupação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Ribeiro, Rodrigues e Correa, 2008), embora também descritivos, tendem mostrar que os residentes em bairros que concentram adultos fragilizados na relação com o mercado de trabalho têm mais problemas acesso ao mercado de trabalho em razão de efeitos dos mecanismos de *spatial mismatch* entre lugares de trabalho e residência, pela escassez de oportunidades de empregos nos próprios bairros e também por falta de informação e contatos que falitem a busca e obtenção de trabalho e pelos efeitos da discriminação dos territórios. Outro estudo, realizado em Montevideu, confirma a existência de associações positivas entre o nível de homogeneidade da composição social dos bairros pobres e as taxas de desemprego, proporções da PEA dedicada a atividades informais e sem proteção trabalhista, e também com as proporções de jovens que não trabalham, não estudam e tampouco procuram emprego. (Kaztman e Retamoso, 2005)

Uma série de trabalhos mostram associações significativas entre as características dos bairros e o comportamento de risco de crianças e adolescentes que alimentam os mecanismos de reprodução intergeracional da pobreza e das desigualdades nas metrópoles. Tal é o estudo dos efeitos de vizinhança sobre os comportamentos reprodutivos de adolescentes (Rodríguez, 2006; Kaztman 1997, 1999; Sabattini, Cáceres e Cerda, 2003). Outro conjunto de estudos analisa as consequências da residência em determinados bairros sobre distintos tipos

de variáveis relacionados com o rendimento escolar, tais como distorção série-idade, evasão escolar, etc.⁹ Outros trabalhos analisam especificamente a relação entre as características sociais do bairro e as médias de jovens sem afiliação institucional por não trabalharem, não estudarem e nem procurarem emprego (Sabattini, Cáceres e Cerda, 2002 e Kaztman, 1999). O sentido de risco dos comportamentos mencionados funda-se em seu potencial para operar como barreira à acumulação, através da esfera do mercado, da sociedade e do Estado, dos ativos requisitados à integração virtuosa na sociedade.

E classes médias?

A qualidade das relações sociais relaciona-se não apenas com as particularidades da nova pobreza e seus efeitos na sociabilidade imperante nas metrópoles, mas também pelo peso relativo das classes médias urbanas e suas orientações presentes na interação com as camadas populares e com as esferas cívicas da cidade. Trata-se de estruturas atitudinais ativadas diante dos incrementos dos indicadores de desigualdades que ultrapassam o nível do tolerado, incentivando ações solidárias diretas ou apoio a iniciativas que restabeleçam o equilíbrio. Elas podem incluir desde a constituição (ou associação à) de entidades não-governamentais de filantropia e promoção social, apoio eleitoral a iniciativas dirigidas a proteger os mais frágeis e manter a universalidade dos serviços urbanos, até a disposição a pagar mais impostos para apoiar medidas redistributivas.

A aversão à desigualdade¹⁰ fundamenta-se na capacidade de empatia dos mais

favorecidos com os que têm menos e em seus sentimentos de desobrigação moral em relação ao destino dos pobres. Esses conteúdos mentais perdem vigência se não são renovados periodicamente através de contatos informais entre pessoas com distintas condições econômicas. Mas não se trata apenas de maior ou menor frequência de contatos, mas do sentido atribuído por ambos os segmentos – os “ganhadores” e os “perdedores” da nova sociedade – a essas interações sociais. Trata-se de relações entre indivíduos que se representam como moralmente iguais ou, ao contrário, tais interações realizam âmbitos socioculturais nos quais “os de cima” vêm os “de baixo” como “inferiores” porque não são portadores dos sinais hegemônicos de pertencimento à sociedade. Os “de baixo” representam os “de cima” apenas como canais de acesso a recursos tornados escassos por sua condição social, portando, através de atitudes orientadas apenas pela razão instrumental? Os sentimentos de obrigação moral serão mais fortes quando, simultaneamente, houver intensidade e frequência das interações e compartilhamento de valores, atitudes e expectativas comuns. Tais sentimentos ocorrem nas interações realizadas em âmbitos significados coletivamente como espaços públicos, ou seja, marcados pelos valores e exigências inerentes à noção da igualdade moral e legal – o transporte, as praças, os hospitais, as escolas, os campos de futebol,

os bares, as praias, os espetáculos massivos, as ruas, etc. Tanto a segregação residencial como a segmentação dos serviços públicos, delimitando a base estrutural que sustenta a capacidade de empatia e de reconhecimento sociais, enfraquecem os sentimentos de obrigação moral, que, por sua vez, elevam os níveis de tolerância com a desigualdade.

O clima de insegurança e medo reinante em muitas metrópoles da América Latina participa do processo de desconexão das classes médias das funções que no passado exerceram, uma vez que incentiva a adoção de comportamentos autodefensivos e individualistas, em última instância, de desolidarização com os destinos da cidade. Essas práticas estão presentes na busca de modelos segregados de moradia, como são os condomínios fechados, através dos quais as classes médias pretendem se proteger da “desordem urbana”.

Entretanto, em algumas metrópoles, a persistência de mecanismos de solidariedade preexistentes ao período da globalização gera contratendências ao isolamento das classes médias. São visíveis os sinais de rupturas do tecido social nas metrópoles em que as formas contemporâneas de territorialização da nova pobreza se combinam com a forte deserção da cidade pelas classes médias, materializada pelo seu afastamento e encerramento residencial e a privatização dos serviços coletivos.

Ruben Kaztman

Mestre em Sociologia pela Universidade de Berkeley. Diretor do Instituto de Programa de Investigación sobre Integración, Pobreza y Exclusión Social da Universidade Católica do Uruguai e Coordenador do Grupo de Estudo sobre Segregação Urbana (Montevideo, Uruguai).
kaztman@adinet.com.uy

Luiz César de Queiroz Ribeiro

Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenador do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Pesquisador 1 A do CNPq (Rio de Janeiro, Brasil).
cesar@ippur.ufrj.br

Notas

- (*) Versão anterior deste artigo foi escrito como contribuição ao projeto Nova Agenda de Coesão Social para a América Latina, realizado pelo iFHC-Instituto Fernando Henrique Cardoso e pelo CIEPLAN-Corporación de Estudios para Latinoamérica. O projeto foi realizado em 2006, graças ao apoio da União Européia e do PNUD. As informações e opiniões apresentadas pelos autores são de sua responsabilidade pessoal e não representam necessariamente nem comprometem as instituições associadas ao projeto.
- (1) Ver Topalov (1988; 1994; 1996) sobre a relação entre a reforma social e a reforma urbana e seu papel na constituição da percepção coletiva da necessidade de um sistema institucional de regulação e de proteção social que fundamentou as bases do Estado do Bem-Estar Social.
- (2) Sobre a definição e características predominantes em distintos regimes de bem-estar, ver Gösta Esping-Andersen (1999), *Social Foundations of Post Industrial Economies*. Oxford, Oxford University Press.
- (3) Filgueira (1998).
- (4) *Ibid.*
- (5) Essa é a argumentação de alguns trabalhos sobre o Brasil que têm procurado encontrar os fundamentos da violência urbana na decomposição do sistema híbrido de reciprocidade formado historicamente em razão da modernização conservadora ou seletiva, sem que seja substituído por regras fundadas nos direitos de cidadania. Ver a esse respeito Soares (1997) e Velho (1996). Para uma interpretação em que se confronta a hipótese de crise do sistema híbrido de reciprocidade, ver Souza (2003).
- (6) Sobre a dimensão da violência geradora dessa subcultura, ver Soares (2000). Segundo esse autor, a violência nas favelas do Rio de Janeiro e, de maneira mais geral, nos bairros pobres, gera as seguintes tendências: desorganização da vida associativa e política das comunidades; imposição de um regime despótico nas favelas e bairros populares; recrutamento

da força de trabalho infantil e adolescente; disseminação de valores bélicos, contrários ao universalismo democrático e cidadão, fazendo com que os princípios de orientação dos comportamentos sociais, especialmente dos jovens, sejam os ligados à lealdade, honra e coragem, próprios de uma sociedade feudalizada, havendo retração dos valores civilizatórios que habilitam seu portador com disposições subjetivas para o respeito às regras da sociabilidade e para a racionalidade estrategicamente orientada; como consequência, nos bairros populares, observa-se o predomínio agressivo dos valores da guerra feudalizada, fundados na crença da supremacia da coragem e da lealdade, o que leva, invariavelmente, a um quadro social de faccionalismo fratricida; destruição das estruturas familiares e da dinâmica da reprodução cultural ao inverterm-se as relações de autoridade intergeracionais, convertendo-as em laços de poder militarizado. Em decorrência da vigência desses valores, há, nos bairros populares, uma permanente disputa em torno da supremacia moral de duas estruturas de hierarquia: a familiar e a do tráfico; a consequência é a degradação da “lealdade comunitária tradicional, substituindo-a por relações exclusivistas com grupos paramilitares e por um narcisismo consumista extremo”; nos bairros em que o tráfico tem presença marcante “a identidade predominante passa a ser o grupo criminoso, que usa o vínculo simbólico de uma das grandes ‘famílias’ do tráfico para diferenciar-se dos rivais. Esse processo tende a ser mais traumático quando os traficantes são invasores, isto é, não originários da favela que dominam”; fortalecimento e disseminação do patriarcalismo, a homofobia e a misoginia; estimulação de reações que tendem a estigmatizar a pobreza e os pobres, promovendo imagens negativas das comunidades dos bairros populares, que passam a ser vistos como fontes do mal; essas imagens inspiram e reforçam práticas discriminatórias da sociedade como um todo em relação às favelas e aos bairros populares, sobre os quais passam a vigorar concepções e discursos estigmatizadores. Bem sabemos, a partir dos resultados das pesquisas de Wacquant (2001) sobre os guetos negros de Chicago e sobre as periferias pobres de Paris, que o estigma acaba sendo incorporado pelos estigmatizados, o que os leva a comportamentos orientados pela busca em se dissociar desses lugares.

- (7) Ver a respeito Zaffaroni, em Kaztman (1999).
- (8) Identificação e análise das áreas socialmente vulneráveis das metrópoles, Observatório das Metrópoles, www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br.
- (9) Para Santiago de Chile, Flores (2008) e Sabattini, Cáceres e Cerda (2002); para Ciudad de Mexico, Solís (2006); para Rio de Janeiro, Ribeiro (2005) e Alves, Franco e Ribeiro (2008); para Belo Horizonte, Soares, Rigotti e Andrade (2008); para São Paulo, Torres, Ferreira e Gomes (2004); para Buenos Aires, Suarez e Groissman (2008); para Montevideo, Kaztman e Retamoso (2008).
- (10) Certamente, a contribuição das classes médias e altas à manutenção dos espaços públicos que possibilitam interação interclasse não descansa somente em seu nível aversão à desigualdade. Também intervém o temor das externalidades que freqüentemente acompanham a deterioração da qualidade de vida das maiorias sociais e dos serviços públicos que utilizam a instabilidade política, o descenso da legitimidade das instituições, conseqüentemente, as dificuldades das elites em mobilizar a vontade coletiva em apoio a projetos de mudanças – e, sobretudo, cada vez mais, as conseqüências da insegurança pública sobre as suas condições de vida.

Referências

- ALVES, F.; FRANCO, C. e RIBEIRO, L. C. Q. (2008). "Segregação residencial e desigualdades no Rio de Janeiro". In: RIBEIRO, L. C. Q e KAZTMAN, R. *A cidade contra a escola? Segregação e desigualdades em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Faperj.
- BETTS, J.; ZAU, A. e RICE, L. (2003). Determinants of student achievement: new evidence from San Diego. *Public Policy Institute of California*. San Diego, California.
- CALDEIRA, T. (2001). *Cidade dos muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- CÁRCERES, G. e SABATINI, F. (2004). *Bairros Cerrados en Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración residencial*. Santiago, PUC/Lincon Institute.
- CERVINI, M. e GALLO, M. (2001). *Un análisis de la exclusión social: la segregación residencial en los barrios de Montevideo, 1986-1998*. Tesis de grado de la FCE. Montevideo, Uruguay.
- DREIER, P.; MOLLENKOPF, J. e SWANSTRON, T. (2004). *Place matters. Metropolitics for Twenty-first Century*. Kansas, University Press of Kansas.
- EVANS, P. (2002). "Political strategies for more livable cities: lessons from six cases of development and political transition". In: EVANS, P. (ed.). *Livable cities? Urban struggles for livelihood and sustainability*. University of California Press.
- FILGUEIRA, F. (1998). "El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: residuallismo, eficiencia y ciudadanía estratificada." In: ROBERTS, B. (ed.). *Ciudad y política*. FLACSO/SSRC. San Jose de Costa Rica.
- FLORES, C. (2008). "Segregação residencial e resultados educacionais". In: RIBEIRO, L. C. Q e KAZTMAN, R. *A cidade contra a escola? Segregação e desigualdades em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Faperj.
- GOMES, S. e AMITRANO, C. (2004). "Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade (ao emprego e desemprego)". In: MARQUES, E. e TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- JENKS, C. e MAYER, S. (1990). "The consequences of growing up in a poor neighborhood". In: LYNN, L. e MCGEARY, M. G. H. (ed.). *Inner-City poverty in the United States*. Washington D.C., National Academy Press.
- KAZTMAN, R. (1997). Marginalidad e integración social en Uruguay. *Revista de la Cepal* n. 62. Santiago de Chile.
- _____ (1999). "El vecindario importa". In: KAZTMAN, R. (coord.). *Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Montevideo, Cepal.
- KAZTMAN, R. e RETAMOSO, A. (2005). Segregación residencial, empleo y pobreza en Montevideo. *Revista de la CEPAL*, n. 85. Santiago de Chile.
- _____ (2006). Segregación residencial y diferenciales en las pruebas de aprendizaje en Montevideo (en prensa).

- KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. e ERRANDONEA, F. (2005). "La ciudad fragmentada: respuesta de los sectores populares urbanos a las transformaciones del mercado y del territorio en Montevideo". In: ROBERTS, B.; PORTES, A. e GRIMSON, A. (ed.). *Ciudades Latinoamericanas: un análisis comparativo en el umbral del nuevo siglo*. Buenos Aires, Prometeo.
- LÓPEZ, N. (2005). *Equidad educativa y desigualdad social: desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano*. Buenos Aires, IIPE-Unesco.
- MACADAR, D. CALVO, J. J. et al. (2002). Proyecto segregación residencial en Montevideo: ¿un fenómeno creciente? Montevideo, Comisión Sectorial de Investigación Científica.
- MAHONEY, J. (2003). Long run development and the legacy of colonialism in Spanish America. *American Journal of Sociology*. Chicago, University of Chicago Press, 109, 1, pp. 50-106.
- MURPHEY, R. (1988). *Social clausura. The theorie of monopolization and exclusion*. Oxford, Clarendon Press.
- MUSTERD, S. e OSTENDORF, W. (1998). Segregation and social participation in a Welfare State. In: MUSTERD, S. e OSTENDORF, W. (ed.). *Urban segregation and the Welfare State: inequality and exclusion in western cities*. Londres, Routledge.
- PERO, V.; CARDOSO, A. e ELIAS, P. (2005). Discriminação no mercado de trabalho: o caso dos moradores de favelas cariocas. *Coleção Estudo da Cidade*. Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos.
- REMATOSO, A. e KAZTMAN, R. (2008). "Aprendendo juntos. Desafios na educação a partir dos processos de segregação urbana". In: RIBEIRO, L. C. Q e KAZTMAN, R. *A cidade contra a escola? Segregação e desigualdades em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Faperj.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. (2000). A divisão social favela-bairro. XXIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS. *Anais*. Caxambu.
- RIBEIRO, L. C. Q. (2005). "Segregación residencial y segmentación laboral: el efecto vecindario en la reproducción de la pobreza en las metrópolis brasileñas". In: LEGUIZAMÓN, S. A. (org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe. Estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires, CLACSO/Libros.
- _____ (2007). A dimensão metropolitana da questão social: ensaio exploratório. XXIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS. *Anais*. Caxambu.
- RIBEIRO, L. C. Q et al. (2005). *Identificação e análise das áreas socialmente vulneráveis das metrópoles*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles. Disponível em: <http://www.ob-servatoriodasmetrolopes.ufrj.br>
- RIBEIRO, L. C. Q.; RODRIGUES, J. M. e CORREA, F. S. (2008). Território e trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais*. Caxambu.
- RODRÍGUEZ VIGNOLI, J. (2006). "Segregación residencial socioeconómica y sus relaciones con la migración intrametropolitana en cuatro aglomerados urbanos de América Latina. Los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro en los decenios de 1980 y 1990". CELADE/CEPAL. Santiago de Chile.

- SABATINI, F.; CÁCERES, G. e CERDA, J. (2002). Residencial segregation patterns, changes in main chilean cities: scale shifts and increasing malignancy. INTERNATIONAL SEMINAR ON SEGREGATION AND THE CITY. Lincoln Institute and Land Policy.
- SOARES, L. E. (1997). "A duplicidade da cultura brasileira". In: SOUZA, J. (org.). *O malandro e o protestante. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília, Editora UNB.
- _____ (2000). *Meu Casaco de General*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOARES, J. F., RIGOTTI, J. I. e ANDRADE, L. T. (2008). "As desigualdades socioespaciais e o efeito das escolas públicas de Belo Horizonte". In: RIBEIRO, L. C. Q e KAZTMAN, R. *A cidade contra a escola? Segregação e desigualdades em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Faperj.
- SOLÍS, P. (2006). *Efectos del nivel socioeconómico del vecindario en la continuidad escolar entre la secundaria y el bachillerato*. México, Distrito Federal (mimeo).
- SOUZA, J. (2003). *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica*. Rio de Janeiro, Editora da UFMG/luperj.
- SUÁREZ, A. L. e GROISMAN, F. (2008). "Segregação residencial e conquistas educacionais. In: RIBEIRO, L. C. Q e KAZTMAN, R. *A cidade contra a escola? Segregação e desigualdades em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Faperj.
- TOPALOV, C. (1988). *Naissance de l'urbanisme moderne et reforme de l'habitat populaire aux États Unis*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine.
- _____ (1994). *Naissance du chômeur. 1980-1910*. Paris, Albin Michel.
- _____ (1996). "Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles no século XX". In: RIBEIRO, L. C. Q. e PECHMAN, R. (orgs.). *Cidade, Povo e Nação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- TORRES, H.; FERREIRA, M. P. e GOMES, S. (2004). "Educação e segregação social: explorando o efeito das relações da vizinhança". In: MARQUES, E. e TORRES, H. (org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Senac.
- VELHO, G. (1996). "Violência, reciprocidade e desigualdade". In: VELHO, G. e ALVITO, M. (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Editora da FGV.
- VELTZ, P. (1996). *Mondialization. Villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris, Presses Universitaires de France.
- _____ (2002). Firms et territoires. Je t'aime moi non plus. SEMINARIO ENTREPRENEURS, VILLES ET TERRITOIRES. Paris, École de Paris du Management. Disponível em: http://www.ecole.org/seminaires/FS4/EV_03/EV_090102.pdf
- WACQUANT, I. (2001). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro, Revan/Observatório das Metrópoles.

Recebido em jun/2008
Aprovado em set/2008